

Quilombo denuncia despejo de esgoto na comunidade

MPF cobra medidas urgentes por danos ambientais e racismo

Mau cheiro, contaminação da água, da vegetação e do pescado. Ecossistema fundamental para a Comunidade Quilombola de Maria Joaquina, em Cabo Frio, na Região dos Lagos do Rio de Janeiro, o Brejo da Flexeira foi transformado ao longo dos últimos quatro anos pelo despejo irregular de esgoto.

A Prefeitura de Cabo Frio é a principal responsável pela poluição, denunciam os moradores do quilombo e o Ministério Público Federal (MPF). O órgão ajuizou uma ação civil pública nesta semana, com tutela de urgência, para que o município adote medidas “imediatas e definitivas” em relação ao problema.

A administração municipal disse que a questão está sendo avaliada pelas áreas técnica e jurídica responsáveis, e que medidas cabíveis serão tomadas a partir das conclusões.

A origem da poluição, segundo a denúncia, é a instalação pela Prefeitura de uma rede de drenagem em 2022, com manilhas que desembocam no Brejo da Flexeira. Por meio de ligações clandestinas conectadas à rede, o esgoto é lançado irregularmente por moradores e comerciantes de regiões próximas ao quilombo.

De acordo com a educadora socioambiental e coordenadora executiva da Coordenação Nacional de Articulação das Comu-



Tânia Rêgo/Agência Brasil

MPF cobra medidas por danos ambientais em Cabo Frio

nidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Rejane Maria de Oliveira, a obra seguiu sem interrupção mesmo após notificações do Ministério Público.

“O manilhamento foi em cima do pesqueiro. O mau cheiro ficou grande, e as pessoas não podem mais pescar, porque está caindo esgoto e produto químico”, diz Rejane.

“Durante muito tempo, esse brejo nos alimentou e nos sustentou. Foi lugar para banho e para prover água. O brejo faz parte da nossa história, da nossa vida. Ele foi tudo. Agora, não serve para mais nada. Já estamos com poucas terras, com dificuldades para plantar. Com mais esse impacto, o quilombo não vai suportar”, complementa.

A educadora diz que há registros de impactos à saúde. Moradores apresentaram lesões na pele associadas à água contaminada.

“As pessoas contraíram manchas no corpo que permanecem até hoje. Depois descobrimos que a única coisa em comum era a água”, conta.

O MPF instaurou inquérito civil em março de 2023, com detalhes sobre o despejo de esgoto no quilombo. Segundo o órgão, foram mais de dois anos de apuração, reuniões e visita no local com representantes municipais e da comunidade. Também foram feitas vistorias técnicas em conjunto com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ).

Na ação movida agora, o procurador Leandro Mitidieri entende que, “apesar de compromissos assumidos e de medidas pontuais adotadas pela prefeitura – como notificações, vistorias, instalação de alguns sistemas individuais de tratamento e aquisição de equipamentos – as ações foram insuficientes para cessar a poluição”.

Em novembro de 2024, laudo técnico da Defensoria Pública identificou a persistência de ligações clandestinas e de despejo de esgoto no brejo, com presença de produto químico na tubulação.

O MPF pede que a Justiça Federal determine, em caráter liminar, remoção imediata de todas as ligações clandestinas de esgoto da rede pluvial, e ações para despoluição total do Brejo da Flexeira. As medidas devem ser comprovadas em até 90 dias a partir da decisão judicial.

Também é exigido que o município desfaça obras de manilhamento irregular e construa outra rede que impeça novo despejo no território quilombola.

O órgão requer indenização por danos morais coletivos de, no mínimo, R\$ 1,2 milhão, com parte destinada para o Fundo de Direitos Difusos e outra para associação representativa da comunidade.

SP já vacinou mais de 11 mil gestantes contra o VSR

Ao menos 11.051 gestantes da cidade de São Paulo a partir da 28ª semana de gestação já foram vacinadas contra o vírus sincicial respiratório (VSR) desde o dia 6 de dezembro, quando a imunização foi iniciada, segundo balanço da prefeitura. O VSR é responsável por cerca de 75% dos casos de bronquiolite e 40% das pneumonias em crianças menores de 2 anos. A vacina oferece proteção imediata aos recém-nascidos, reduzindo hospitalizações. Não há restrição de idade para a mãe. A recomendação é tomar dose única a cada nova gestação.

A cidade de São Paulo recebeu do Ministério da Saúde cerca de 34 mil doses do imunizante, que foram distribuídas para as Assinências Médicas Ambulatoriais (AMAs)/Unidades Básicas de Saúde (UBSs) Integradas. As unidades funcionam das 7h às 19h. Para se vacinar, a gestante precisa estar com um documento de identificação e comprovante de 28 semanas de gestação.

Para facilitar o acesso da população, a disponibilidade da vacina pode ser consultada pelo site Olho na Fila.

A localização dos equipamentos da rede municipal pode ser consultada na plataforma Busca Saúde.

“A implementação dessa vacina é muito importante para a saúde dos bebês menores de 6 meses. Vacinar a gestante garante a proteção dos recém-nascidos nos primeiros meses de vida, quando são mais vulneráveis e podem desenvolver formas graves da doença”, destacou a coordenadora de Vigilância em Saúde, Mariana Araújo.

Com a chegada das doses às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e postos de vacinação, o Ministério da Saúde orienta as equipes a atualizarem a situação vacinal das gestantes, incluindo influenza e covid-19. A vacina contra o VSR pode ser administrada simultaneamente a esses imunizantes.

A eficácia da estratégia foi demonstrada em estudos clínicos, como o Estudo Matisse, que revelou eficácia de 81,8% na prevenção de doenças respiratórias graves causadas pelo VSR nos primeiros 90 dias de vida dos bebês.

Em 2025, até 15 de novembro, o Brasil registrou 43,1 mil casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) causados pelo VSR. Desse total, mais de 35,5 mil hospitalizações ocorreram em crianças com menos de 2 anos, o que representa 82,5% dos casos no período.

ES: nova sede da Escola Aristóbulo Barbosa Leão

O governador do Estado, Renato Casagrande, e o vice-governador Ricardo Ferraço realizaram a entrega da nova sede da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Aristóbulo Barbosa Leão, nesta sexta-feira (19), no município da Serra. O investimento do Governo do Estado, por meio da Secretaria da Educação (Sedu), foi de R\$ 34 milhões em recursos estaduais. O Departamento de Edificações e Rodovias do Espírito Santo (DER-ES) executou a reforma e ampliação da unidade, agora pronta para atender às demandas pedagógicas contemporâneas.

Casagrande destacou que a escola também foi equipada de forma a incorporar tecnologia no dia a dia da unidade e nas ferramentas de aprendizagem

disponíveis aos alunos. “Uma escola moderna e repleta de tecnologia, com ambiente climatizado em todas as salas. A direção pode se comunicar com toda a escola ou com uma sala específica. Tudo o que pode existir de tecnologia em uma escola, nós encontramos aqui. Uma escola linda, organizada e estruturada. Dia 4 de fevereiro os alunos irão começar o ano letivo e encontrarão uma escola modelo. E através da educação conseguimos gerar oportunidades aos capixabas”, afirmou o governador.

O vice-governador pontuou que a infraestrutura escolar dá suporte ao bom trabalho dos professores da Rede Estadual, que alcança resultados relevantes no país. “Em fevereiro essa escola estará cheia de vida e sonhos.



Mateus Fonseca/Governo-ES

O investimento do Estado foi de R\$ 34 milhões